PREFEITURA MUNICIPAL DE MERIDIANO
ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ (MF) 45.116.092/0001-08
ua Luiza Feltrin Guilhen, nº 1.716 - Centro - Fone: (17) 3475-1116 / Fax: (17) 3475-1124 CEP. 15625-000

LEI Nº 961, DE 04 DE SETEMBRO DE 2012.

(Dispõe de instituição do Plano Municipal de Educação e dá outras providências).

JOSÉ TORRENTE DIOGO DE FARIAS, Prefeito Municipal de Meridiano, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Meridiano, em sessão ordinária realizada em 03 de setembro de 2012, aprovou e ele nos termos do inciso III, do art. 65 da Lei Orgânica do Município de Meridiano, sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituído o PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (PME), planejado para os próximos 10 (dez) anos, período de 2012 a 2021, de conformidade com a discriminação do anexo que faz parte integrante e inseparável desta Lei.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Meridiano, 04 de setembro de 2012.

JOSÉ TORRENTE DIOGO DE FARIAS
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada em livro próprio, publicada com afixação no lugar público de costume e arquivada junto ao Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelião de Notas de Meridiano, na data supra, conforme dispõe o § 4º do art. 87 da Lei Orgânica deste Município.

HERMENEGILDO BALDIN
ASSESSOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS
NATURAIS E TABELIÃO DE NOTAS
RUA LUIZA FELTRIN GUILHEN, 1581 - CENTRO
TEL.(17) 3475-1101 - CEP 15625-000
MERIDIANO - SP

152

PREFEITURA MUNICIPAL DE MERIDIANO

ESTADO DE SÃO PAULO

Plano Municipal de Educação

Meridiano

A educação do município planejada
para os próximos 10 anos

2012 / 2021

Prefeitura Municipal de Meridiano
Departamento Municipal de Educação

Prefeitura Municipal de Meridiano
Administração 2009 - 2012

José Torrente Diogo de Farias
Prefeito Municipal

João Flávio Binhardi
Vice-prefeito

Rosana Maria Pichuti Gandolphi
Diretora do Departamento Municipal de Educação

Câmara Municipal de Meridiano
Antonio Célio Gonçalez - Presidente

Agnaldo Rodrigues da Silva
Claudenir Tonelotti
Cláudio Tranqueira
Giovani Henrique Morandin
José Milton Cintra
Márcia Cristina Adriano de Lima
Osvaldo Eusébio Feltrin
Valdeir José Silva

Lisandra Calegari
Conselho Municipal de Educação
Gestão 2010 / 2013

Karla Benine Borges de Oliveira
Conselho de Alimentação Escolar
Gestão 2010 / 2014

Rosmeire Izildina Pereira Duarte
Conselho de Acompanhamento do FUNDEB
Gestão 2012 / 2014

Grupo Gestor do Plano Municipal de Educação

Rosana Maria Pichuti Gandolphi
Joice Mara Gonçalves
Marli Cristina Rizzato Lucon
Marlisa Ortega
Adriana Aparecida Pereira
Lisandra Calegari
Rosmeire Izildina Pereira Duarte
Karla Benine Borges de Oliveira

PREFEITURA MUNICIPAL DE MERIDIANO

ESTADO DE SÃO PAULO

SUMÁRIO

I - INTRODUÇÃO 05

II - HISTÓRICO DO MUNICÍPIO 07

2.1 - Localização, aspectos físicos e geográficos 08

2.2 - População e condições de vida 08

III - PERFIL EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO 10

3.1 - História da Educação Municipal 10

3.2 - Estatística e Números da Educação Municipal 11

IV - Qualidade do Ensino 13

4.1 - Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo - IDESP 13

4.2 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB 15

V - NÍVEIS DE ENSINO

A - EDUCAÇÃO BÁSICA

5.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL (1º AO 5º ANO) 17

5.1.1 - Diagnóstico 17

5.1.2 - Objetivos e Metas 20

5.2 - ENSINO FUNDAMENTAL (6º AO 9º ANO) 29

5.2.1 - Diagnóstico 29

5.2.2 - Objetivos e Metas 30

5.3 - ENSINO MÉDIO 32

5.3.1 - Diagnóstico 32

5.3.2 - Objetivos e Metas 33

B - EDUCAÇÃO SUPERIOR

5.4 - ENSINO SUPERIOR 35

5.4.1 - Diagnóstico 35

5.4.2 - Objetivos e Metas 36

VI - MODALIDADES DE ENSINO

6.1 - EDUCAÇÃO ESPECIAL 38

6.1.1 - Diagnóstico 38

6.1.2 - Objetivos e Metas 38

6.2 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS 40

6.2.1 - Diagnóstico 40

6.2.2 - Objetivos e Metas 42
6.3 - EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL 43
6.3.1 - Diagnóstico 43
6.3.2 - Objetivos e Metas 45
VII - FINANCIAMENTO E GESTÃO 46
7.1 - Objetivos e Metas 48
VIII - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO 49
IX - REFERÊCIAS BIBLIOGRÁFICAS 50

PREFEITURA MUNICIPAL DE MERIDIANO

ESTADO DE SÃO PAULO

LISTA DE TABELAS

Tab. 01 - Número de profissionais envolvidos na Rede Estadual de Educação 12

Tab. 02 - Unidades Escolares da Rede Municipal de Educação 12

Tab. 03 - Número de profissionais e alunos da Rede Municipal de Educação 12

Tab. 04 - Resultados do IDESP 2011 14

Tab. 05 - Metas para o ano de 2012 do IDESP no Município 14

Tab. 06 - Projeção da Rede Municipal e Rede Estadual de Educação de Meridiano (IDEB 2009) 16

Tab. 07 - Creche: evolução de matrículas iniciais na Rede Municipal de Educação de Meridiano 18

Tab. 08 - Pré-Escola: evolução de matrículas iniciais na Rede Municipal de Educação de Meridiano 19

Tab. 09 - Ensino Fundamental (1º ao 5º ano): evolução de matrículas iniciais na Rede Municipal de Educação de Meridiano - EMEF Profª. Paula Zangrando 27

Tab. 10 - Ensino Fundamental (1º ao 5º ano): evolução de matrículas iniciais na Rede Municipal de Educação de Meridiano - EMEF Povoado Santo Antônio. 27

Tab. 11 - Ensino Fundamental (6º ao 9º ano): evolução de matrículas iniciais na Rede Estadual de Educação de Meridiano 32

Tab. 12 - Ensino Médio: evolução de matrículas iniciais na Rede Estadual de Educação de Meridiano 32

Tab. 13 - Relação de cursos e quantidade de alunos nas IES 34

Tab. 14 - Taxa de analfabetismo da população 38

Tab. 15 - Relação de cursos e quantidade de estudantes no ensino técnico profissionalizante 43

I - INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Educação de Meridiano (PME) decorre de uma exigência disposta na lei federal nº. 10.172 / 01, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE), os Planos Estaduais de Educação (PEE), assim como os Planos Municipais de Educação. Os planos estaduais e municipais trazem definições sobre as diretrizes a serem seguidas pelas políticas de educação, pelos Estados e Municípios, em todos os níveis, para os próximos dez anos. O Novo Plano Nacional de Educação aborda novas diretrizes para a gestão e o financiamento da educação. Além disso, descreve as principais diretrizes e metas de cada nível e modalidade de ensino e da formação e valorização do magistério e demais profissionais da educação.

O conhecimento da realidade sobre a qual se pretende atuar constitui o pré-requisito básico para se realizar o planejamento e o estabelecimento de uma escala de atendimento ao conjunto das necessidades por que passa a educação em nosso país, especialmente nas cidades de pequeno e médio portes, em qualquer nível de ensino. Além disso, torna-se indispensável que os atores envolvidos na implementação dessas ações conheçam as dificuldades reais que se colocam e delas compartilhem, tanto pela complexidade das mesmas, como também pelos aspectos operacionais e financeiros. Em outras palavras: o poder público não consegue, mesmo dispondo de recursos financeiros específicos para a área da educação, atender a todas as carências identificadas no curto espaço de tempo.

Diante disso, o Plano Municipal de Educação de Meridiano foi estruturado como uma forma de se atender ao conjunto das necessidades apresentadas pela comunidade escolar do município, (professores, funcionários, pais de alunos e motoristas do transporte escolar).

O prazo de dez anos para o atendimento às necessidades na área da educação, de certa forma, dá ao poder público não somente uma diretriz, mas também a possibilidade de realizar as ações definidas como prioritárias, seguindo sempre as disponibilidades de pessoal, operacionais e financeiras. Assim sendo, o prazo de dez anos foi dividido em três fases: curto, médio e longo prazos, sendo o curto prazo (CP) definido como 2012 e 2013, o médio prazo (MP) dentro do período de 2014 a 2017 e o longo prazo (LP) definido de 2018 a 2021.

A realização do PME, uma vez implementado, vai permitir que muitas questões da educação que têm recebido tratamento mais em forma de discurso do que de ações efetivas, sejam enfrentadas com ações efetivas de mudanças. Esses discursos sobre a educação como fator de desenvolvimento, bastante veiculados pela mídia nacional, quando não se transformam em ações efetivas e realistas, ou são justificadores do atraso do

desenvolvimento nacional ou são discursos que acabam banalizando os imensos problemas dessa área. As mudanças exigidas no campo da educação não podem ser pensadas como sendo algo pertencente exclusivamente aos nossos governantes. Muitos esforços têm sido realizados nos últimos anos, em todos os âmbitos de governo. Só agora, com o ensino planejado em todos os níveis, a educação deixará de ser pensada de forma segmentada. Os planos municipais de educação vão proporcionar definições mais apropriadas para que a mesma seja pensada como um todo, ainda que atendendo às especificidades regionais.

Antes das definições da Lei Federal 10.172 / 01, a falta de um planejamento integrando esforços e realizações na área da educação era uma triste realidade. Com as definições da citada lei, verifica-se que estão se desenvolvendo ações nacionais, estaduais e em âmbito municipal, tentando dar respostas aos problemas educacionais.

O grande desafio que se coloca na área da educação, para as cidades de pequeno porte, como Meridiano, não é somente constatar que o ensino precisa ser planejado de forma adequada, mas também que tenha objetivos claros quanto aos resultados práticos, advindos dessa educação planejada a curto, médio e longo prazos.

As inovações que se tornam, a cada dia mais urgentes, requerem, antes de tudo, o envolvimento de pessoas com as prioridades e metas que vierem a ser definidas. Sem o envolvimento de todos os sujeitos participantes dos complexos aspectos de que se compõem à área da educação, sobretudo em nível municipal, todos os planejamentos se reduzirão a relatórios tecnicamente bem elaborados, mas que jamais refletirão as verdadeiras conquistas de que o município tanto necessita.

Assim sendo, o Plano Municipal de Educação de Meridiano, nos termos aqui definidos, representa mais do que o cumprimento de uma obrigação imposta pela Lei Federal 10.172/01, que institui a exigência para que os Estados e Municípios elaborem também os seus planos. Significa um esforço da atual gestão municipal, no sentido de, juntamente com todos os setores envolvidos na educação municipal, definir prioridades de trabalhos e implementar aquelas ações que tenham, como consequência, a elevação e a expansão da qualidade e do atendimento às demandas de ensino, não só no nível infantil e fundamental, mas em todos os níveis.

A política de educação do município de Meridiano precisa ser pensada e, sobretudo, implementada em toda a sua complexidade. Ela precisa oferecer espaço físico adequado, vagas suficientes, ensino de qualidade, materiais necessários ao exercício do magistério, salários adequados, motivação dos corpos docentes, administrativo e de funcionários, projetos de capacitação permanente em todos os níveis, sistemas competentes de avaliação interna, para todos os processos ligados à área educacional, especialmente os processos ligados à gestão e ao ensino.

II - HISTÓRICO DO MUNICÍPIO

Pelos registros existentes, por volta da década de 1940, começava a germinação de mais uma urbe. Chegando por aqui os pioneiros exploradores e aventureiros, homens que na esperança de conseguir um nível econômico mais elevado pela exploração das terras férteis da região, adquiriram glebas no núcleo dos atuais córregos São João Maravilha, das Pedras e Marinheiro, sendo predominantes os senhores Ernesto Cavalin e João Machado Pereira, que tiveram em suas áreas o ponto crucial do início da cidade.

Surgiram os arrendatários e demais pessoas interessadas em fixar residências nestas localidades, acreditando fazer fortuna ou melhora de vida, graças a tendência propícia das terras férteis da região.

Nascia assim duas povoações com os nomes de São João da Maravilha e São José da Maravilha. Esses nomes continuaram até a data em que foi elevado a categoria de distrito de paz, em 24 de dezembro de 1948, pela Lei Estadual nº 233, promulgada pelo Governador Ademar Pereira de Barros, quando então recebeu o nome de Meridiano.

Para conseguir a sua emancipação política e ter a sua própria autonomia e desenvolver a sua administração independente, deixando de ser distrito de Fernandópolis, travou-se pelos meridianenses uma luta que durou até a data de 18 de fevereiro de 1959, com a Lei Estadual nº 5.285. Categorizado a Município, teve a sua instalação no dia 1º de janeiro de 1960, sendo o seu primeiro Prefeito Sr. Donato Marcelo Balbo, que organizou a instalação dos serviços municipais e deu início a uma administração cheia de dificuldades, dada a escassez de equipamentos, ferramentas de trabalho e pessoal, mas que tudo dentro de pouco tempo estava superado.

Naquela primeira gestão, o Sr. Donato Marcelo Balbo edificou praticamente todos os alicerces do Município de Meridiano; adquiriu os primeiros veículos e equipamentos rodoviários para a conservação das estradas municipais; deixou organizado o serviço de abastecimento de merenda escolar; conseguiu através do Estado a construção do prédio do Grupo Escolar; reformou o antigo prédio do Grupo Escolar para a implantação da Prefeitura Municipal; energizou toda a cidade; deixando o município com reais características de progresso.

A posse dos primeiros dirigentes do município ocorreu em 01 de janeiro de 1960 e ficou assim constituída: Prefeito Donato Marcelo Balbo, Vice-prefeito Alderize Zapparoli, e vereadores: Antonio Ferreira Fontes, Antonio Pereira Filho, Carlos Eugênio Masson, Eliseu Antonio Bueno, Fernando Morandin, Luiz Silvério Quadreli, Luiz Rizzato, Orlando Rizzato e Raul Sóssio Terra.

A partir daí, Meridiano foi administrada pelos seguintes prefeitos e vice-prefeitos, respectivamente:

- ✓ 1964 a 1968 - Joaquim Chanes Casquet e Alexandre Cainelli
- ✓ 1969 a 1972 - Donato Marcelo Balbo e José Morandin
- ✓ 1973 a 1976 - Joaquim Chanes Casquet e Eurides Lourenço Ottoboni
- ✓ 1977 a 1982 - José Rissato e Irceu Fagundes
- ✓ 1983 a 1988 - Irceu Fagundes e José Rodrigues Sobrinho
- ✓ 1989 a 1992 - Luiz Rizzato e Rui Balbo
- ✓ 1993 a 1996 - Irceu Fagundes e Hermenegildo Baldin
- ✓ 1997 a 2000 - José Torrente Diogo de Farias e Antônio Célio Gonçalez
- ✓ 2001 a 2004 - Vilma Aparecida Caineli da Silva e Idhimar Sebastião Stefanin
- ✓ 2005 a 2008 - José Torrente Diogo de Farias e Laercio Ribeiro de Novaes

Atualmente (2009 a 2012), a Prefeitura Municipal de Meridiano é administrada pelo Prefeito José Torrente Diogo de Farias e o Vice Prefeito, João Flávio Binhardi, tendo como vereadores: Agnaldo Rodrigues da Silva, Antonio Célio Gonçalez, Claudenir Tonelotti, Cláudio Tranqueira, Giovani Henrique Morandin, José Milton Cintra, Marcia Cristina Adriano de Lima, Osvaldo Eusébio Feltrin e Valdeir José Silva.

2.1 - Localização, aspectos físicos e geográficos

O município está localizado na zona fisiográfica do sertão do Rio Paraná, sua sede localiza-se no espigão das bacias dos rios São José dos Dourados e Marinheiro.

Situado no extremo noroeste do estado de São Paulo, na mesorregião de São José do Rio Preto e microrregião de Fernandópolis. Limita-se ao norte com o município de Pedranópolis, ao sul com Magda e São João de Iracema, ao leste com o município de Valentim Gentil e a oeste com Fernandópolis.

Sua área urbana é de 1,5 Km² e rural de 22,16 km². O clima é caracterizado pelo período de águas (outubro-abril) e das secas (maio - setembro). No período das águas, há ocorrência de chuvas para o desenvolvimento das culturas anuais e perenes, e no período das secas existe déficit hídrico, sendo limitado para o desenvolvimento de culturas.

Localiza-se a uma latitude 20º21'33" sul e a uma longitude 50º10'24" oeste, estando a uma altitude de 529 metros.

Distante 766 quilômetros da Capital Federal Brasília e 538 km da Capital Paulista, e o acesso principal ao Município de Meridiano é pela rodovia Euclides da Cunha (SP-320).

2.2 - População e condições de vida

De acordo com os resultados preliminares divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2010, Meridiano conta com uma população de 3.855 habitantes, sendo 2.674 na zona urbana e 1.181 na zona rural, distribuídos entre as seguintes razões:

- ✓ Grau de Urbanização: 69,37%;
- ✓ Razão de Sexos: 96,52 homens para cada 100 mulheres;
- ✓ Quantidade de Eleitores (TSE - Mai./2012): 3.692;
- ✓ Eleitorado Feminino: 1.852;
- ✓ Eleitorado Masculino: 1.839;
- ✓ Quantidade de locais para votação: 03;
- ✓ Quantidade de seções: 10;
- ✓ Densidade Demográfica: 16,83 habitantes por quilômetro quadrado.

III - PERFIL EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO

3.1 - História da Educação Municipal

A história da Educação do hoje Município de Meridiano, estado de São Paulo, Brasil, teve início no ano de 1944 com o assentamento das famílias para derrubada das matas das glebas das terras do Sr. Ernesto Cavalin e João Machado, pelo Sr. Belizário de Almeida, contratado para desbravar e formar o "patrimônio" ao longo da estrada existente que ligava Estrela D' Oeste a Tanabi. Com a instalação das famílias para o desbravamento das fazendas, o núcleo populacional trouxe a necessidade de escolaridade (alfabetização) para os filhos dos trabalhadores, o que foi providenciado pelo Sr. Belizário de Almeida que trouxe sua filha Aparecida de Almeida - a primeira educadora da história educacional de Meridiano. Deu início à alfabetização em pequeno casebre de pau a pique, lecionando para as quatro séries iniciais.

O primeiro prédio de alvenaria construído para abrigar o "Grupo Escolar de Meridiano" teve início de construção em 1948, por moradores do próprio "Distrito de Paz de Meridiano", que teve como carpinteiro o Sr. Olintho Balbo, pai do Sr. Donato Marcelo Balbo - prédio com duas salas de aula e sem limite exato do terreno, recebendo seus primeiros professores - senhores e senhoras (dentre elas, a Srª Lázara Vallin, Srª Maria de Lourdes Martino e Srª Begelenda Etz Rodrigues).

Em 1950 houve a necessidade da construção de mais duas salas de aula devido o número de alunos a abrigar. Este prédio escolar recebeu seu primeiro Diretor Substituto, o Sr. Rocco Consolo e em seguida o Sr. José Gonçalves de Carvalho. Em novembro do mesmo ano instala-se o Orfeão (com 45 alunos) tendo como professora regente a Senhora Ephigenia dos Santos.

Em 1951 surgiu para desenvolver seus trabalhos como Diretor de Escola, o Sr. Manoel da Silveira Moraes e para exercer o cargo de professora efetiva, a Senhora Paula Zangrando.

Não poderia deixar de citar o nome da Senhora Apparecida Galhardo Lopes, que muito contribuiu com a educação, não só como a primeira diarista da escola que foi, mas como educadora, pois sabia que o alicerce para o aprendizado é o afeto e sabe-se hoje que os alunos eram apaixonados por ela. Outro diarista que merece destaque foi o Sr. Dario Brianezzi.

Em 1957 um novo Diretor, o Sr.Rubens de Arruda Stipp, e em fevereiro do próximo ano, a jovem Ana Carrossi que aqui chegou trazendo amor e ensinamentos para nossas crianças. Em seguida, já no ano de 1962, o novo Diretor, o Sr. José Jorge e depois a Srª Olga Balbo.

Em 1960, o já então Município (instalado em 1959) ganhou novo prédio escolar, já na gestão do Primeiro Prefeito Donato Marcelo Balbo.

A hoje Escola Municipal de Ensino Fundamental "Professora Paula Zangrando", que tem o Decreto de Criação nº 16.581 de 31 de janeiro de 1981 e Decreto de Municipalização nº 1259, guarda com carinho registros dos Diretores que por aqui passaram e muito contribuíram com seus trabalhos, além dos já citados, destacamos o Sr. Aires Nogueira, Srª Adenir Belucio, Srª Guiomar Augusto Felisberto, Srª Zilda Jorge e a Srª Neide Riguetti Balbo.

Com o crescimento do município, houve a necessidade de ampliação para a oferta de todo o ciclo da Educação Básica. O prédio da Escola Estadual "Donato Marcelo Balbo" teve seu ato de criação em 20 de agosto de 1962 e sua data de instalação em 02 de março de 1968, com a denominação de EEPSG "Donato Marcelo Balbo" de Meridiano e nova denominação em 1978, que prevalece até os dias de hoje.

Nos dias atuais, o município de Meridiano conta com quatro escolas municipais, sendo duas (EMEI e EMEF) no Povoado do Santo Antonio do Viradouro e duas na própria cidade, a EMEI Ernesto Cavalin, que leva o nome de um dos fundadores do município e tem a Lei de Criação nº 539 de 30 de abril de 2001 e a EMEF Profª. Paula Zangrando que leva o nome de uma das primeiras professoras da história de Meridiano. Conta também com uma Escola Estadual, a EE "Donato Marcelo Balbo" que leva o nome do primeiro Prefeito do município.

3.2 - Estatística e Números da Educação Municipal

Dados sobre educação, segundo SEADE:

- ✓ Taxa de Analfabetismo da População de 15 anos e mais: 9,0 % (2010);
- ✓ Média de anos de estudos da população de 15 a 64 anos: 6,01 (2000);
- ✓ População de 25 anos e mais, com menos de 8 anos de estudo: 78,17% (2000);
- ✓ População de 18 a 24 anos com Ensino Médio completo: 45,34% (2000).

Número de alunos em todos os níveis e modalidades de ensino, segundo os dados do Departamento Municipal de Educação (base de 2012):

- ✓ Rede Estadual: 390;
- ✓ Rede Municipal: 421;

Total de alunos matriculados: 811

Rede Estadual de Educação

A Rede Estadual conta com uma escola no Município, a E.E. "Donato Marcelo Balbo".

Os níveis de ensino dessa rede compreendem o Fundamental Ciclo II (6º ao 9º ano) e o Ensino Médio (1º ao 3º ano).

Tab. 01 - Número de profissionais envolvidos na Rede Estadual de Educação

Nome	Direção	Vice-direção	Coordenação	Professores	Funcionários	Alunos
E.E. "Donato Marcelo Balbo"	01	02	02	49	11	390

Fonte: Departamento Municipal de Educação - Meridiano / 2012.

Rede Municipal de Educação

Ao Departamento Municipal de Educação compete administrar os setores da alimentação escolar, do transporte escolar e quatro unidades escolares da Rede Municipal de Educação.

Tab. 02 - Unidades Escolares da Rede Municipal de Educação

Nome	Rua / Av.	Nº.	Bairro	Telefone
EMEI Ernesto Cavalin	Rua João Caineli	2.085	Centro	(17) 3475-1116 Ramal 35
EMEI Ernesto Cavalin - Povoado Santo Antonio do Viradouro	Rua A	S/N	Centro	-
EMEF Profª Paula Zangrando	Rua João Savazzi	1.697	Centro	(17) 3475-1142
EMEF Povoado Santo Antônio	Rua B	S/N	Centro	(17) 3845 6204

Fonte: Departamento Municipal de Educação - Meridiano / 2012.

A tabela 03, a seguir, indica o número de pessoas envolvidas na Rede Municipal de Educação, sendo direção, vice-direção, coordenação, professores, funcionários e alunos.

Tab. 03 - Número de profissionais e alunos da Rede Municipal de Educação

Nome	Direção	Vice-Direção	Coordenação	Professores	Funcionários	Alunos
EMEI Ernesto Cavalin	01	-	01	16	14	165
EMEI Ernesto Cavalin - Povoado Santo Antonio do Viradouro	01	-	01	01	05	29
EMEF Povoado Santo Antônio	01	01	01	05	03	25
EMEF Profª Paula Zangrando	01	01	01	19	13	203

Fonte: Departamento Municipal de Educação - Meridiano / 2012.

IV - Qualidade do Ensino

4.1 - Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo - IDESP

Segundo a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo - SEE-SP, o acesso à escola no Estado já está universalizado: 98,6% das crianças de 7 a 14 anos e 86,4% dos jovens de 15 a 17 anos estão na escola, o que representa um dos maiores índices de acesso à escola do Brasil. Superado o desafio da inclusão, outra tarefa muito mais complexa deve ser cumprida: a melhoria da qualidade do ensino nas escolas, sempre com ênfase no direito fundamental que todos os alunos da rede pública têm - o direito de aprender e aprender com qualidade. A legitimidade da escola pública só se efetiva se este direito, fundamental para a construção da autonomia dos indivíduos, da cidadania e de uma sociedade mais justa, for plenamente garantido.

Para encarar esse desafio, a Secretaria lançou o Programa de Qualidade da Escola (PQE), com a finalidade de promover a melhoria da qualidade e a equidade do sistema do ensino na rede estadual paulista. O cumprimento dessa tarefa exige que se façam avaliações periódicas de cada escola, que permitam acompanhar sua evolução ao longo do tempo, além de garantir o seu aprimoramento gradual e sustentável. Para isso, é necessário estabelecer metas de qualidade individuais para cada escola, levando-se em conta sua situação inicial, suas dificuldades e suas potencialidades.

Essas metas devem servir como um guia para a equipe escolar e a comunidade nos esforços de melhoria da qualidade de ensino. Especificamente, o PQE visa garantir condições para que todos os alunos da rede estadual paulista dominem de maneira satisfatória as competências e habilidades requeridas para a série escolar em que se encontram e concluam o Ensino Fundamental e o Ensino Médio no tempo adequado. Assim, o PQE criou um indicador de qualidade do ensino, denominado Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP).

Esse é um indicador de qualidade das séries iniciais (1º ao 5º ano) e finais (6º ao 9º ano) do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Na avaliação de qualidade das escolas, feita pelo IDESP, consideram-se dois critérios complementares: o desempenho dos alunos nos exames do SARESP e o fluxo escolar. O IDESP tem o papel de dialogar com a escola, fornecendo um diagnóstico de sua qualidade, apontando os pontos em que precisa melhorar e sinalizando sua evolução ano a ano.

Resultados do IDESP

O Município de Meridiano participou da avaliação do IDESP em 2011 através da Escola Municipal Profª. Paula Zangrando (5º ano EF.) e Escola Estadual "Donato Marcelo Balbo" (9º ano EF.) e (3º série EM.), obtendo os seguintes resultados.

Tab. 04 - Resultado do IDESP 2011

	Indicadores de Desempenho		Indicador de Desempenho	Indicador de Fluxo	IDESP Municipal 2011
	Língua Portuguesa	Matemática			
5º ano EF	7,9163	8,9580	8,44	0,9730	8,21
9º ano EF	3,9347	3,7160	3,83	0,9617	3,68
3ª série EM	3,7840	2,7030	3,24	0,8556	2,77

Fonte: IDESP 2011, SEE-SP

O município de Meridiano obteve ótimos índices no IDESP em 2011, com 8,21 do Ensino Fundamental (5º ano).

Na Rede Estadual, os indicadores de desempenho são superiores ao observado no IDESP em 2010.

A tabela a seguir demonstra as metas para o IDESP 2012 dos níveis de ensino: 5º Ano do Ensino Fundamental, 9º Ano do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio de Meridiano.

De acordo com as informações constantes na tabela 05, a meta que era esperada em 2012 de 8,16 foi ultrapassada já em 2011, com 8,21.

Tab. 05 - Metas para o ano de 2012 do IDESP no Município

	IDESP 2011	**Metas 2012**
5º Ano EF	8,21	8,16
9º Ano EF	3,68	3,85
3ª Série EM	2,77	2,96

Fonte: IDESP 2011, SEE-SP

4.2 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB

O IDEB é um indicador de qualidade educacional calculado com base em dois tipos de informações: a) as informações sobre rendimento escolar (aprovação, reprovação e abandono) do Censo Escolar da Educação Básica; e b) as informações sobre o desempenho dos estudantes em exames padronizados (Saeb e Prova Brasil) aplicados ao final das etapas de ensino (4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio).

Estudos e análises sobre qualidade educacional raramente combinam as informações produzidas por esses dois tipos de indicadores, ainda que a complementaridade entre elas seja evidente. Um sistema educacional que reprova sistematicamente seus estudantes, fazendo com que grande parte deles abandone a escola antes de completar a Educação Básica, não é desejável, mesmo que os concluintes dessa etapa de ensino atinjam elevadas pontuações nos exames padronizados. Por outro lado, um sistema em que todos os alunos concluam o Ensino Médio no período correto não é de interesse, caso os alunos aprendam muito pouco na escola. Em suma, o sistema de ensino ideal seria aquele em que todas as crianças e os adolescentes tivessem acesso à escola, não desperdiçassem tempo com repetências, não abandonassem a escola precocemente e, ao final de tudo, aprendessem. Sabe-se que, no Brasil, a questão do acesso à escola não é mais problema, já que a quase totalidade das crianças ingressam no sistema educacional.

Entretanto, as taxas de repetência dos estudantes são bastante elevadas, assim como a proporção de adolescentes que abandonam a escola antes mesmo de concluirem a Educação Básica. Outro indicador preocupante é a baixa proficiência obtida pelos alunos em exames padronizados. O IDEB foi desenvolvido para ser um indicador que sintetizasse informações de desempenho em exames padronizados com informações sobre rendimento escolar (taxa média de aprovação dos estudantes na etapa de ensino). Indicadores educacionais como o IDEB são desejáveis por permitirem o monitoramento do sistema de ensino do país. Sua importância, em termos de diagnóstico e norteamento de ações políticas focalizadas na melhoria do sistema educacional, está em:

a) Detectar escolas e/ou redes de ensino cujos alunos apresentem baixa *performance* em termos de rendimento e proficiência;
b) Monitorar a evolução temporal do desempenho dos alunos dessas escolas ou redes de ensino.

A tabela, a seguir, demonstra os resultados da participação do município no IDEB 2009, através da Escola Municipal Profª. Paula Zangrando nos anos iniciais e Escola Estadual Donato Marcelo Balbo nos anos finais do Ensino Fundamental.

A média em 2009, nos anos iniciais, foi de 6,6, ultrapassando a meta projetada para o ano de 2015 do Ensino Fundamental. Já nos anos iniciais, a média foi de 5,4, ultrapassando a meta que foi projetada para o ano de 2011.

Tab. 06 - Projeção da Rede Municipal e Rede Estadual de Educação de Meridiano (IDEB 2009)

Ensino Fundamental	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2007	2009	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais	5,6	6,6	-	5,8	6,1	6,3	6,5	6,7	6,9	7,1
Anos Finais	5,0	5,4	-	5,1	5,3	5,6	5,9	6,1	6,4	6,6

Fonte: Censo Escolar, atualizado em 08/2011, INEP - MEC.

V - NÍVEIS DE ENSINO

A - EDUCAÇÃO BÁSICA

5.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL (1º AO 5º ANO)

5.1.1 - Diagnóstico

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9394/96), a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, como a 1ª etapa da Educação Básica, passa a ser de responsabilidade do município e tem um caráter educativo, em que as instituições que ministram essa etapa de escolaridade devem elaborar um Projeto Político-Pedagógico, partindo da definição sobre qual sociedade desejam construir e sobre o tipo de pessoas que pretendem ajudar a formar com seu trabalho. Modificar a concepção de educação assistencialista envolve assumir as especificidades desses níveis de ensino, pensando na concepção de infância e criança, as relações entre as classes sociais, as responsabilidades da sociedade e o papel do Estado diante das crianças pequenas.

Um diagnóstico das necessidades da educação infantil e fundamental precisa assinalar as condições de vida e desenvolvimento das crianças brasileiras. A pobreza, que afeta a maioria delas, que retira de suas famílias as possibilidades mais primárias de alimentá-las e assisti-las, tem que ser enfrentada com políticas abrangentes que envolvam a saúde, a nutrição, a educação, a moradia, o trabalho e o emprego, a renda e os espaços sociais de convivência, cultura e lazer. Todos esses são elementos constitutivos da vida e do desenvolvimento da criança.

> Hoje se sabe que há períodos cruciais no desenvolvimento, durante os quais o ambiente pode influenciar a maneira como o cérebro é ativado para exercer funções em áreas como a matemática, a linguagem, a música. Se essas oportunidades forem perdidas, será muito mais difícil obter os mesmos resultados mais tarde. É preciso analisar, separadamente, as faixas etárias de 0 a 3 e de 4 a 6 anos, porque foram grupos tratados diferentemente, quer nos objetivos, quer por instituições que atuaram nesse campo, sejam públicas ou privadas. A primeira faixa esteve predominantemente sob a égide da assistência social e tinha uma característica mais assistencial, como cuidados físicos, saúde, alimentação. Atendia, principalmente, às crianças cujas mães trabalhavam fora de casa. Grande parte era atendida por instituições filantrópicas e associações comunitárias.
> Se a inteligência se forma a partir do nascimento e se há "janelas de oportunidade" na infância, quando um determinado estímulo ou experiência exerce maior influência sobre a inteligência do que em

qualquer outra época da vida, descuidar desse período significa desperdiçar um imenso potencial humano. Ao contrário, atendê-la com profissionais especializados capazes de fazer a mediação entre o que a criança já conhece e o que pode conhecer significa investir no desenvolvimento humano de forma inusitada.
A educação das crianças de zero a seis anos, em estabelecimentos específicos de educação infantil, vem crescendo no mundo inteiro e de forma bastante acelerada, seja em decorrência da necessidade da família de contar com uma instituição que se encarregue do cuidado e da educação de seus filhos pequenos, principalmente, quando os pais trabalham fora de casa, seja pelos argumentos advindos das ciências que investigaram o processo de desenvolvimento da criança. (PNE, 2001)

Dados da Educação Infantil de Meridiano

A Educação Infantil em Meridiano é oferecida pela Rede Municipal de Educação, através da EMEI Ernesto Cavalin e EMEI Povoado de Santo Antonio, representando os alunos da creche e pré-escola.

Tab. 07 - Creche: evolução de matrículas iniciais na Rede Municipal de Educação de Meridiano

Ano	2008		2009		2010		2011		2012
	Matr.	%	Matr.	%	Matr.	%	Matr.	%	Matr.
Municipal	86	-9,30%	78	23,08%	96	13,54%	109	-4,59%	104

Fonte: Departamento Municipal de Educação - Meridiano / 2012.

A tabela 07 demonstra a evolução de matrículas iniciais da creche, entre os anos de 2008 a 2012. Houve um acréscimo considerável no número de matrículas iniciais de 2010 em relação a 2009 com 23,08%, seguido pelo aumento em 2011 com 13,54%.

Dentre o período analisado, podemos observar pequenas quedas no número de matrículas iniciais, tendo maior intensidade no ano de 2009 em relação a 2008, com uma queda de 9,30% e em 2012, com 4,59% em relação ao ano anterior.

Tab. 08 - Pré-Escola: evolução de matrículas iniciais na Rede Municipal de Educação de Meridiano

Ano	2008		2009		2010		2011		2012
	Matr.	%	Matr.	%	Matr.	%	Matr.	%	Matr.
Municipal	139	-46,76%	74	-1,35%	73	26,03%	92	-3,26%	89

Fonte: Departamento Municipal de Educação - Meridiano / 2012.

A tabela 08 mostra a evolução de matrículas na Educação Infantil - Pré-Escola, entre os anos de 2008 a 2012. Nesse período, houve uma queda acentuada no número de matrículas iniciais de 46,76% em 2009, seguida por pequenas quedas em 2010 e 2012, com 1,35% e 3,26% respectivamente.

A queda considerável no número de matrículas pode se justificar devido a implantação do ensino de nove anos no município, pois o Pré III passa a ser contado como primeiro ano do Ensino Fundamental.

Houve acréscimo no número de matrículas iniciais somente no ano de 2011, atingindo a marca de 92 matrículas iniciais.

Dados do Ensino Fundamental de Meridiano (1º ao 5º ano)

O Ensino Fundamental no município de Meridiano é oferecido pela EMEF Profª. Paula Zangrando e EMEF Povoado de Santo Antônio, compreendendo, desde 2009, do 1º ao 5º ano.

Tab. 09 - Ensino Fundamental (1º ao 5º ano): evolução de matrículas iniciais na Rede Municipal de Educação de Meridiano - EMEF Profª. Paula Zangrando.

Ano	2008		2009		2010		2011		2012
	Matr.	%	Matr.	%	Matr.	%	Matr.	%	Matr.
Municipal	185	-11,35%	164	23,17%	202	-8,42%	185	9,73%	203

Fonte: Departamento Municipal de Educação - Meridiano / 2012.

Tab. 10 - Ensino Fundamental (1º ao 5º ano): evolução de matrículas iniciais na Rede Municipal de Meridiano - EMEF Povoado de Santo Antônio.

Ano	2008		2009		2010		2011		2012
	Matr.	%	Matr.	%	Matr.	%	Matr.	%	Matr.
Municipal	29	3,45%	30	-6,67%	28	-17,86%	23	8,70%	25

Fonte: Departamento Municipal de Educação - Meridiano / 2012.

As tabelas 09 e 10 mostram a evolução do número de matrículas iniciais no Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) da Rede Municipal de Educação, de 2008 a 2012.

Podemos observar na tabela 09, analisando o Ensino Fundamental na EMEF Profª. Paula Zangrando, que o número de matrículas iniciais registrou certa sazonalidade dessa

modalidade de ensino, começando por uma queda no número de matrículas em 2009 de 11,35% comparado a 2008, com uma redução de 21 matrículas iniciais.

Registra-se após essa queda, um acréscimo de 23,17% no número de matrículas iniciais, atingindo a marca de 202 matrículas.

Analisando a tabela 10, referente ao número de matrículas iniciais do Ensino Fundamental na EMEF Povoado de Santo Antônio, podemos observar o registro de quedas em 2011 em relação a 2010, com 17,86% seguido de 2010 em relação a 2009, com 6,67%.

5.1.2 - Objetivos e Metas

A educação é entendida como uma obra que se estende no tempo de existência de todo e qualquer cidadão; uma obra que não pode resultar de uma única mão e muito menos de uma única abordagem ou teoria e que resulta de um processo muito longo, complexo e que necessita ser constantemente pensado e repensado. É por isso que professores, funcionários, direção e coordenação estendem suas mãos, disponibilizam o tempo e unem esforços para que a Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) seja cada vez mais planejada. Seja pensada em termos dos resultados almejados por todos e da sociedade que queremos construir.

O Plano Municipal de Educação de Meridiano foi estruturado como uma forma de se atender ao conjunto das necessidades apresentadas pela pesquisa realizada com os docentes, funcionários, motoristas do transporte escolar e pais de alunos da rede municipal de educação.

O prazo de dez anos para o atendimento das necessidades na área da educação foi dividido em três eixos: curto, médio e longo prazos, sendo o curto prazo (CP) definido como 2012 e 2013; o médio prazo (MP) definido dentro do período de 2014 a 2017 e o longo prazo (LP) definido de 2018 a 2021.

Juntamente com a sua direção e coordenação, os professores, funcionários, motoristas do transporte escolar e pais de alunos da rede municipal de educação tornaram pública a sua participação efetiva no processo de discussão, análise e decisão a que chegaram sobre a Educação Infantil e Ensino Fundamental 1º ao 5 ano de Meridiano.

As ações foram aprovadas na 1ª Conferência Municipal de Educação de Meridiano, no dia 03 de julho de 2012, com ampla participação dos funcionários, professores, motoristas do transporte escolar, pais de alunos e pela comunidade. Os temas e as ações tratadas foram os seguintes:

➢ **Estratégias e Metas - Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)**

1 - Gestão Educacional:

- ✓ Elaboração do PAR - Plano de Ações Articuladas do MEC - Ministério da Educação (2011 / 2014) ***(CP);***
- ✓ Monitoramento permanente do PAR - Plano de Ações Articuladas do MEC - Ministério da Educação ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Realizar a cada biênio conferências municipais de educação com objetivo de avaliar e controlar as ações do Plano Municipal de Educação de Meridiano ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Atualização do Estatuto, Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério no que diz respeito à atribuição de classes e ou aulas, evolução funcional, bônus e jornada de trabalho ***(CP);***
- ✓ Projeto Lei Municipal que dispõe sobre a criação da Secretaria Municipal de Educação. ***(CP);***
- ✓ Distribuição permanente de material escolar gratuito, em quantidade suficiente e de qualidade para os alunos da rede municipal de educação ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Elaboração do Estatuto, Plano de Carreira e Remuneração dos Servidores da Educação Básica Pública Municipal ***(MP);***
- ✓ Promover a atualização bienal do regimento escolar ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Promover palestras e eventos direcionados aos pais ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Realização de encontro anual aos pais e alunos do ensino fundamental (5º ano) ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Realização permanente de eventos esportivos como interclasse, gincanas, jogos de xadrez, damas, natação, tênis de mesa, pebolim etc. ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Realização permanente de festa junina, formaturas e outras atividades comemorativas ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Realizar anualmente avaliação institucional, visando a melhoria da qualidade da educação infantil e fundamental (1º ao 5º ano) ***(CP-MP-LP);***

2 - Gestão Pedagógica:

- ✓ Formação continuada no HTPC ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Atualização anual da proposta pedagógica ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Implementação do ensino de Língua Estrangeira Moderna na Educação Infantil ***(MP);***
- ✓ Realização permanente de recuperação paralela na EMEF Povoado do Santo Antônio ***(CP-MP-LP);***

- ✓ Implementação do projeto de ensino de inglês e informática na EMEI e EMEF do Povoado do Santo Antônio ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Implementação de projeto voltado para o ensino de Música ***(MP);***
- ✓ Implementação de projeto voltado para o ensino de Xadrez ***(CP);***
- ✓ Implementação de projeto voltado para natação ***(MP);***
- ✓ Realização permanente de gincanas escolares para alunos e pais ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Reuniões pedagógicas para a discussão e análise da relação professor e aluno (desempenho profissional etc.) ***(CP-MP-LP);***

3 - Gestão de Pessoas (Educação):

- ✓ Designação de profissional para atuar na coordenação administrativa e pedagógica nas unidades escolares do Povoado do Santo Antonio ***(CP);***
- ✓ Disponibilização permanente de profissional de enfermagem nas unidades escolares ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Contratação de Professor de Educação Básica - Artes - Provimento Efetivo ***(CP);***
- ✓ Contratação de Professor de Educação Física - Provimento Efetivo ***(CP);***
- ✓ Contratação de Professor de Educação Musical ***(MP);***
- ✓ Contratação de Supervisor de Ensino - Provimento em Comissão ***(MP);***
- ✓ Contratação de auxiliar administrativo educacional para exercer funções na Secretaria Municipal de Educação ***(MP);***

4 - Gestão do Sistema de Formação Inicial e Continuada dos Profissionais da Educação:

Profissionais do Magistério:

- ✓ Formação continuada aos profissionais do magistério nas áreas de ética, relações humanas, motivação e liderança etc. ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Formação continuada voltada para o ensino de Música ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Formação continuada voltada para o ensino de Matemática ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Formação continuada voltada para as Tecnologias Educacionais ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Formação continuada voltada para o ensino de Língua Portuguesa ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Formação continuada voltada para a Contação de Histórias ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Formação continuada sobre Sustentabilidade na Educação ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Formação continuada voltada para o ensino de História e Geografia ***(CP-MP-LP);***

- ✓ Formação continuada voltada para o ensino de Ciências Físicas e Biológicas ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Formação continuada em Educação Inclusiva ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Formação continuada para a Educação Infantil ***(CP-MP-LP);***

Servidores da Educação:

- ✓ Ampliar a oferta de cursos de formação continuada para todos os servidores tanto de forma geral tanto em áreas específicas ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Oferecer formação em informática para todos os servidores ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Promover palestras voltadas para todos os servidores e para áreas específicas com profissionais da área da saúde (fonoaudiólogo, psicólogo, nutricionista) ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Promover treinamento específico para as atribuições dos servidores ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Oferecer cursos diferenciados aos servidores como panificação, reaproveitamento entre outros ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Continuar com os treinamentos sobre manipulação e higienização de alimentos ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Promover capacitações permanentes para motoristas e monitores do transporte escolar ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Oferecer cursos e palestras de aperfeiçoamento e atualização para o transporte escolar ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Oferecer cursos de relação interpessoal para motorista e monitores ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Realizar cursos e palestras para os pais de alunos voltados ao transporte escolar
- ✓ Oferecer cursos sobre bullying, conservação patrimonial entre outros ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Orientar aos pais e alunos sobre o uso e responsabilidades com o transporte escolar
- ✓ Formação de ética, liderança, motivação e qualidade no atendimento do serviço público para servidores e profissionais do magistério ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Realizar palestras periodicamente com temas relacionados à Educação e ao serviço público ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Realizar cursos e palestras para os pais de alunos sobre alimentação, saúde, higiene, compromisso com o ensino e aprendizagem, conhecimento do ECA e sexualidade ***(CP-MP-LP);***

- ✓ Formação continuada aos motoristas do transporte escolar sobre atendimento ao público, ética, motivação e liderança e sobre como lidar com as crianças ***(CP-MP-LP);***

5 - Gestão dos Recursos Pedagógicos (Ensino / Biblioteca / Acervo):

- ✓ Manutenção e adequação permanente da biblioteca das unidades escolares ***(CP-MP-LP)***;
- ✓ Aquisição e diversificação permanente do acervo bibliográfico de Literatura Infantil para todas as unidades escolares ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Aquisição e diversificação permanente do acervo bibliográfico Infanto-juvenil para todas as unidades escolares ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Aquisição e diversificação permanente do acervo de revistas, periódicos e jornais para todas as unidades escolares ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Aquisição e diversificação permanente do acervo bibliográfico para os profissionais do magistério em todas as unidades escolares ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Aquisição e diversificação permanente de brinquedos e jogos pedagógicos para cada unidade escolar ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Manter o sistema apostilado para a educação infantil ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Implantação do sistema apostilado para o ensino fundamental, de acordo com a demanda educacional ***(MP-LP);***

6 - Gestão de Recursos Técnicos e Tecnológicos:

Tecnologias Educacionais:

- ✓ Implantação de Sistema de Gestão Pública Educacional ***(MP);***

Recursos Técnicos:

- ✓ Aquisição de projetores multimídias para cada sala de aula de todas as unidades escolares ***(MP);***
- ✓ Aquisição de lousa digital para cada sala de aula das unidades escolares ***(MP-LP);***
- ✓ Aquisição permanente de máquina fotográfica digital para todas as unidades escolares ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Manutenção de impressoras e copiadoras para todas as unidades escolares ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Aquisição de TV LCD e DVD para cada unidade escolar ***(MP);***

- ✓ Aquisição e manutenção de microsystem para todas as salas de aula das unidades escolares ***(MP);***
- ✓ Aquisição e manutenção de aparelho de som adequado para a realização de eventos para todas as unidades escolares ***(CP);***
- ✓ Aquisição de climatizadores para todas as salas de aula das unidades escolares ***(MP);***
- ✓ Aquisição de climatizadores para as salas de leituras, área administrativa, sala de informática, sala de reuniões para todas as unidades escolares ***(MP);***
- ✓ Aquisição e manutenção de multiprocessadores, máquinas de lavar, lavadoras de alta pressão, tanquinho, ferros de passar, máquina de lavar piso e ventiladores para todas as unidades escolares ***(MP);***
- ✓ Aquisição e manutenção permanente de filmadora para todas as unidades escolares ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Aquisição de sinal eletrônico para todas as unidades escolares ***(CP);***
- ✓ Aquisição de computadores para o laboratório de informática da EMEF ***(MP);***
- ✓ Instalação e manutenção de ar condicionado em todos os veículos do transporte escolar ***(MP);***
- ✓ Instalação de som ambiente para todos os veículos do transporte escolar ***(MP);***

7 - Gestão da Alimentação Escolar:

- ✓ Aquisição permanente de produtos para alimentação escolar através dos produtores rurais do município ***(CP-MP-LP)***;
- ✓ Continuar com a oferta diária de frutas e sucos naturais na alimentação escolar ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Variar o cardápio de acordo com a realidade e aceitação dos alunos ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Oferecer uniforme permanente específico para os profissionais da alimentação escolar ***(CP-MP-LP);***

8 - Gestão do Transporte Escolar:

- ✓ Aquisição de ônibus escolar rural com plataforma elevatória (pequeno) ***(MP);***
- ✓ Fiscalização permanente do uso de equipamentos de segurança no transporte escolar ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Adaptação dos veículos para o transporte de crianças até 7 anos ***(CP);***
- ✓ Fiscalização constante do desempenho das atividades dos motoristas ***(CP-MP-LP);***

- ✓ Obrigatoriedade de uso do cinto em todos os veículos do transporte escolar ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Manutenção constante das portas e janelas em todos os veículos ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Realizar reforma permanente dos veículos do transporte escolar conforme a necessidade ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Realizar a higienização dos veículos semestralmente ***(CP-MP-LP);***

9 - Gestão da Estrutura Física e Mobiliário das Unidades Escolares:

Estrutura Física:

- ✓ Construção de uma nova unidade de educação infantil no povoado do Santo Antonio ***(MP);***
- ✓ Construção de quatro salas de aula para a EMEF Paula Zangrando ***(MP);***
- ✓ Construção de duas salas de aula para EMEI Meridiano ***(CP);***
- ✓ Construção de sala de recursos multifuncionais para a EMEF Paula Zangrando ***(MP);***
- ✓ Reforma e adequação da sala dos professores e biblioteca da EMEF Santo Antônio ***(CP);***
- ✓ Reforma e ampliação da sala de informática da EMEF Paula Zangrando ***(MP);***
- ✓ Construção de despensa na EMEI e EMEF Santo Antônio e EMEF Paula Zangrando ***(MP);***
- ✓ Construção de auditório no prédio da Secretaria Municipal de Educação ***(MP);***
- ✓ Construção de sala de jogos na EMEF Paula Zangrando ***(MP);***
- ✓ Construção de quadra de esportes coberta na EMEF Santo Antônio ***(MP);***
- ✓ Construção de vestiário, depósito e bebedouro conjugado para a quadra de esporte da EMEF Paula Zangrando ***(MP);***
- ✓ Cobrir as laterais da quadra de esporte da EMEF Paula Zangrando ***(CP-MP);***
- ✓ Promover a reforma da secretaria da EMEF Paula Zangrando ***(MP);***
- ✓ Reforma e ampliação da cozinha da EMEF Paula Zangrando ***(MP);***
- ✓ Promover a adequação do refeitório na EMEI Ernesto Cavalin ***(CP);***
- ✓ Reforma completa dos banheiros, com chuveiro, de alunos e funcionários das EMEFs ***(CP);***
- ✓ Reforma dos banheiros do berçário da nova EMEI Ernesto Cavalin, com a instalação de vasos sanitários adequados para as crianças ***(CP);***

- ✓ Construção de banheiros masculinos específicos para funcionários na EMEF Paula Zangrando ***(MP);***
- ✓ Reforma dos bebedouros da EMEF Paula Zangrando e EMEF do Povoado do Santo Antonio ***(MP);***
- ✓ Reforma da rede de esgoto no pátio da EMEF Paula Zangrando ***(CP);***
- ✓ Construção e manutenção de parque infantil em todas as unidades escolares ***(MP);***
- ✓ Construção de cobertura para o acesso do pátio até as salas de aulas e banheiros da EMEF Povoado do Santo Antonio ***(CP);***
- ✓ Construção de cobertura para acesso do pátio até a quadra e do pátio até a entrada dos alunos na EMEF Paula Zangrando ***(CP);***
- ✓ Construção de um prédio adequado para o funcionamento da Secretaria Municipal de Educação ***(MP);***

Mobiliário:

- ✓ Aquisição de cortina para o refeitório da EMEF Santo Antônio ***(CP);***
- ✓ Aquisição de mobiliário para as salas de aula das unidades escolares de acordo com a demanda escolar ***(MP-LP);***
- ✓ Aquisição de mesas de estudo, cadeiras, armário fechado e prateleira para todas as unidades escolares ***(MP-LP);***
- ✓ Aquisição de mobiliário completo para a sala de informática das EMEFs ***(CP-MP);***
- ✓ Aquisição de mobiliário completo para a Secretaria Municipal de Educação ***(MP);***
- ✓ Aquisição permanente de fogão industrial, forno, liquidificador, utensílios, panelas, batedeiras, geladeira, freezer, micro-ondas para todas as unidades escolares, mediante necessidades ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Aquisição de armários e pias planejadas para todas as unidades escolares ***(MP);***
- ✓ Aquisição de coifas para as cozinhas das unidades escolares ***(MP);***
- ✓ Manutenção de mesas e cadeiras para o refeitório das unidades escolares ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Aquisição de cadeirões para alimentação de bebês nas EMEIs ***(CP);***
- ✓ Aquisição de balcão térmico para todas as unidades escolares ***(MP);***
- ✓ Aquisição e manutenção permanente de bancos e mesas para os pátios de acordo com a necessidade para todas as unidades escolares ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Aquisição e manutenção permanente de berços, colchões, lençóis, carrinhos para bebê, tábuas de passar roupa, cobertores, purificadores e umidificadores de ar,

roupeiros, aquisição de trocadores, travesseiros, sapateiras, cabides em quantidade suficiente para todas as EMEIs ***(CP-MP-LP);***

- ✓ Aquisição e manutenção de cadeira de rodas para eventuais ocorrências nas unidades escolares ***(CP);***

5.2 - ENSINO FUNDAMENTAL (6º AO 9º ANO)

5.2.1 - Diagnóstico

Nas últimas décadas, verificou-se no país uma acelerada expansão de matrículas no Ensino Fundamental e registrou-se uma resposta positiva do poder público (responsável por 90,21% do total de matrículas) à pressão social por educação escolar. Conforme dados divulgados pelo INEP/MEC, a taxa líquida de escolaridade cresceu de 36%, em 1950, para 67%, em 1970, e para 86%, em 1991, atingindo 96% em 1999.

Praticamente vencida a questão do acesso do aluno ao Ensino Fundamental, enfrentamos o desafio de proporcionar a sua permanência e aprendizagem.

- **Ensino Fundamental - 6º ao 9º ano**

O Ensino Fundamental no município de Meridiano é oferecido pela Escola Estadual "Donato Marcelo Balbo", compreendendo, desde o ano de 2010, do 6º ao 9º ano.

Tab. 11 - Ensino Fundamental (6º ao 9º ano): evolução de matrículas iniciais na Rede Estadual de Educação de Meridiano

Ano	2008		2009		2010		2011		2012
	Matr.	%	Matr.	%	Matr.	%	Matr.	%	Matr.
Estadual	243	0,41%	244	-11,07%	217	7,83%	234	-8,12%	215

Fonte: Departamento Municipal de Educação - Meridiano / 2012.

A tabela 11 mostra a evolução do número de matrículas iniciais no Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) da Rede Estadual de Educação, de 2008 a 2012.

Podemos observar um acrescimento de 0,41% no número de matrículas iniciais em 2009, totalizando 244 matrículas, em relação a 2008. Outro acrescimento no número de matrículas ocorreu em 2011, com um aumento de 17 matrículas, registrando 7,83% de aumento.

As quedas referentes ao período analisado foram registradas no ano de 2010 e 2012, com 11,07% e 8,12% respectivamente.

5.2.2 - Objetivos e Metas

O Ensino Fundamental deverá garantir ao educando a aquisição de conhecimentos, habilidades e valores considerados essenciais à formação básica do cidadão. As metas do PNE referem-se aos padrões mínimos de funcionamento, à qualidade do ensino, às medidas pedagógicas, à jornada escolar, ao sistema de avaliação e supervisão, à gestão democrática e à implementação de programas suplementares de alimentação escolar, livro didático e transporte escolar.

As metas destacadas abaixo têm como fonte principal o Plano Nacional de Educação, sendo ações a serem executadas no prazo de 10 anos (2001 a 2010):

a) Ampliar para nove anos a duração do Ensino Fundamental obrigatório, com início aos seis anos de idade, à medida que for universalizado o atendimento na faixa de 7 a 14 anos;
b) Regularizar o fluxo escolar, reduzindo 50%, em cinco anos, as taxas de repetência e evasão, por meio de programas de aceleração da aprendizagem e de recuperação paralela ao longo do curso, garantindo efetiva aprendizagem;
c) Assegurar que, em três anos, todas as escolas tenham formulado seus projetos pedagógicos, com observância das Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental e dos Parâmetros Curriculares Nacionais;
d) Promover a participação da comunidade na gestão das escolas, universalizando, em dois anos, a instituição de conselhos escolares ou órgãos equivalentes;
e) Integrar recursos do Poder Público destinados à política social, em ações conjuntas da União, dos Estados e Municípios, para garantir, entre outras metas, o programa Renda Mínima associado a ações socioeducativas para as famílias com carência econômica comprovada;
f) Prover de literatura, textos científicos, obras básicas de referência e livros didático-pedagógicos de apoio ao professor e às escolas do Ensino Fundamental;
g) Prover de transporte escolar as zonas rurais, quando necessário, com colaboração financeira da União, Estados e Municípios, de forma a garantir a escolarização dos alunos;
h) Garantir, com a colaboração da União, Estados e Municípios, o provimento da alimentação escolar e o equilíbrio necessário, garantindo os níveis calórico-proteicos por faixa etária;
i) Ampliar, progressivamente, a jornada escolar, visando a expandir a escola de tempo integral, que abranja um período de, pelo menos, sete horas diárias, com previsão de professores e funcionários em número suficiente;

j) Prover, nas escolas de tempo integral, preferencialmente, para as crianças das famílias de menor renda, no mínimo, duas refeições, apoio às tarefas escolares, à prática de esportes e atividades artísticas, nos moldes do Programa Renda Mínima associado a ações socioeducativas;

k) Estabelecer, em dois anos, a reorganização curricular dos cursos noturnos, de forma a adequá-los às características da clientela e promover a eliminação gradual da necessidade de sua oferta;

l) Assegurar a elevação progressiva do nível de desempenho dos alunos mediante a implantação, em todos os sistemas de ensino, de um programa de monitoramento que utilize os indicadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e dos sistemas de avaliação dos Estados e Municípios que venham a ser desenvolvidos;

m) Estimular os Municípios a realizarem um mapeamento, por meio de censo educacional, das crianças fora da escola, por bairro ou distrito de residência e/ou locais de trabalho dos pais, visando a localizar a demanda e universalizar a oferta de ensino obrigatório;

n) A educação ambiental, tratada como tema transversal, será desenvolvida como prática educativa integrada, contínua e permanente, em conformidade com a Lei nº 9.795/99;

o) Apoiar e incentivar as organizações estudantis, como espaço de participação e exercício da cidadania.

5.3 - ENSINO MÉDIO

5.3.1 - Diagnóstico

O diagnóstico do Ensino Médio em Meridiano foi realizado através dos dados estatísticos disponíveis no INEP, no PNE e no PEE (Plano Estadual de Educação).

> Considerando o processo de modernização em curso no país, o ensino médio tem um importante papel a desempenhar. Tanto nos países desenvolvidos, quanto nos que lutam para superar o subdesenvolvimento, a expansão do ensino médio pode ser um poderoso fator de formação para a cidadania e de qualificação profissional. (PNE, 2001)
>
> O número reduzido de matrículas no ensino médio - apenas cerca de 30,8% da população de 15 a 17 anos - não se explica, entretanto, por desinteresse do Poder Público em atender à demanda, pois a oferta de vagas na 1ª série do ensino médio tem sido consistentemente superior ao número de egressos da 8ª série do ensino fundamental. A exclusão ao ensino médio deve-se às baixas taxas de conclusão do ensino fundamental, que, por sua vez, estão associadas à baixa qualidade daquele nível de ensino, da qual resultam elevados índices de repetência e evasão. (PNE, 2001)

Segundo o Plano Nacional de Educação, o número reduzido de matrículas no Ensino Médio fundamenta-se na baixa qualidade do Ensino Fundamental, com alto índice de repetência e evasão de alunos, e, consequentemente, uma diminuição de alunos concluintes e a redução da demanda para o Ensino Médio.

> Há, entretanto, aspectos positivos no panorama do ensino médio brasileiro. O mais importante deles é que este foi o nível de ensino que apresentou maior taxa de crescimento nos últimos anos, em todo o sistema. Apenas no período de 1991 a 1998, a matrícula evoluiu de 3.770.230 para 6.968.531 alunos. (PNE, 2001)
>
> O aumento lento, mas contínuo, do número dos que conseguem concluir a escola obrigatória, associado à tendência para a diminuição da idade dos concluintes, vai permitir que um crescente número de jovens ambicione uma carreira educacional mais longa. Assim, a demanda pelo ensino médio - terceira etapa da educação básica - vai compor-se, também, de segmentos já inseridos no mercado de trabalho, que aspirem à melhoria social e salarial e precisem dominar habilidades que permitem assimilar e utilizar, produtivamente, recursos tecnológicos novos e em acelerada transformação. (PNE, 2001)
>
> Preparando jovens e adultos para os desafios da modernidade, o ensino médio deverá permitir aquisição de competências relacionadas ao pleno exercício da cidadania e da inserção produtiva: autoaprendizagem; percepção da dinâmica social e capacidade para nela intervir; compreensão dos processos produtivos; capacidade de observar, interpretar e tomar decisões; domínio de aptidões básicas de linguagens, comunicação, abstração; habilidades para incorporar valores éticos de solidariedade, cooperação e respeito às individualidades. (PNE, 2001)
>
> Ao longo dos dez anos de vigência deste plano, conforme disposto no Art. 208, II, da Constituição Federal que prevê como dever do Estado a garantia

> da progressiva universalização do ensino médio gratuito, a oferta da educação média de qualidade não pode prescindir de definições pedagógicas e administrativas fundamentais a uma formação geral sólida e medidas econômicas que assegurem recursos financeiros para o seu financiamento. (PNE, 2001)
>
> A disposição constitucional (art. 208, III) de integração dos portadores de deficiência na rede regular de ensino será, no ensino médio, implementada através de qualificação dos professores e da adaptação das escolas quanto às condições físicas, mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos. Quando necessário atendimento especializado, serão observadas diretrizes específicas contidas no capítulo sobre educação especial. (PNE, 2001)

Segundo o Plano Estadual de Educação, as condições materiais da escola constituem um elemento decisivo para o sucesso do trabalho pedagógico, juntamente com a qualidade dos recursos humanos envolvidos.

O Ensino Médio em Meridiano é oferecido pela Rede Estadual de Educação, através da Escola Estadual "Donato Marcelo Balbo".

A tabela 12 demonstra a realidade do Ensino Médio na Rede Estadual de Educação em Meridiano, através da evolução de matrículas iniciais nos anos de 2008 a 2012. Durante esse período houve apenas um acrescimento, registrado em 2009 em relação a 2008 de 5,32%. O restante dos anos no período foi registrado quedas nesse número de matrículas, tendo maior intensidade no ano de 2010, com 6,57%, seguido por 2012 (3,31%) e 2011 (2,16%).

Tab. 12 - Ensino Médio: evolução de matrículas iniciais na Rede Estadual de Educação de Meridiano

Ano	2008		2009		2010		2011		2012
	Matr.	%	Matr.	%	Matr.	%	Matr.	%	Matr.
Estadual	188	5,32%	198	-6,57%	185	-2,16%	181	-3,31%	175

Fonte: Departamento Municipal de Educação - Meridiano / 2012.

5.3.2 - Objetivos e Metas

As metas para o Ensino Médio, destacadas abaixo, têm como fonte principal o Plano Nacional de Educação, com ações a serem executadas no prazo de 10 anos (2001 a 2010):

a) Estabelecer uma política local de desenvolvimento da educação entre as redes de ensino municipal e estadual;

169

b) Proporcionar melhor integração entre as redes de ensino, buscando soluções positivas para a melhoria da educação no município;
c) Proporcionar uma garantia, para os próximos dez anos, de atendimento, no Ensino Médio, a todos os alunos concluintes do Ensino Fundamental;
d) Oferecer mecanismos de recuperação e de acompanhamento escolar, contínuos e sistemáticos, e de reclassificação, sempre que necessários;
e) Prover alimentação escolar de qualidade para os alunos do Ensino Médio, começando esse atendimento, preferencialmente, pelo aluno do período noturno;
f) Respeitar o limite mínimo de espaço recomendado para cada aluno, dentro da sala de aula, quando da definição do número máximo de estudantes, por classe, em cada unidade escolar;
g) Fortalecer a autonomia das escolas nas gestões pedagógica, administrativa e financeira;
h) Estabelecer parcerias com organizações não governamentais e instituições públicas ou privadas que facilitem a inserção dos alunos no mercado de trabalho;
i) Aumentar o tempo de permanência dos alunos nas escolas públicas de Ensino Médio, para que participem da concepção e do desenvolvimento de projetos curriculares;
j) Promover, progressivamente, a melhoria da infra-estrutura e dos ambientes de aprendizagem em todas as escolas de Ensino Médio do município;

B - EDUCAÇÃO SUPERIOR

5.4 - ENSINO SUPERIOR

5.4.1 - Diagnóstico

> As Instituições de Ensino Superior- IES têm muito a fazer, no conjunto dos esforços nacionais, para colocar o País à altura das exigências e desafios do Séc. XXI, encontrando a solução para os problemas atuais, em todos os campos da vida e da atividade humana e abrindo um horizonte para um futuro melhor para a sociedade brasileira, reduzindo as desigualdades. A oferta de educação básica de qualidade para todos está grandemente nas mãos dessas instituições, na medida que a elas compete primordialmente a formação dos profissionais do magistério; a formação dos quadros profissionais, científicos e culturais de nível superior, a produção de pesquisa e inovação, a busca de solução para os problemas atuais são funções que destacam a universidade no objetivo de projetar a sociedade brasileira num futuro melhor. (PNE, 2001)

De acordo com o Plano Nacional de Educação, a pressão pelo aumento de vagas na educação superior, que decorre do aumento acelerado do número de egressos da educação média, já está em pleno crescimento. Deve-se planejar a expansão com qualidade, evitando-se o fácil caminho da massificação. É importante a contribuição do setor privado, que já oferece a maior parte das vagas na educação superior e tem um relevante papel a cumprir, desde que respeitados os parâmetros de qualidade estabelecidos pelos sistemas de ensino.

A tabela, a seguir, demonstra em quais municípios os estudantes de Meridiano estão matriculados em Instituições de Ensino Superior, assim como a quantidade de alunos por curso e o total de alunos por município. Estes dados representam somente os alunos cadastrados no Departamento Municipal de Educação e que recebem algum auxílio da Prefeitura Municipal.

170

Tab. 13 - Relação de cursos e quantidade de alunos nas IES

Cursos	Fernandópolis	Votuporanga	Total
Administração	8	3	11
Agronomia	3	-	3
Arquitetura e Urbanismo	-	4	4
Biologia	3	-	3
Ciências Contábeis	3	-	3
Educação Física	2	3	5
Enfermagem	2	4	6
Engenharia Ambiental	2	-	2
Engenharia Civil	6	3	9
Engenharia de Alimentos	1	-	1
Engenharia Mecânica	-	1	1
Farmácia	2	4	6
Geografia	-	1	1
Gestão de Produção Industrial	-	1	1
Letras	1	1	2
Matemática	7	-	7
Medicina	1	-	1
Medicina Veterinária	1	-	1
Nutrição	2	-	2
Odontologia	4	-	4
Pedagogia	4	5	9
Produção Multimídia	-	2	2
Psicologia	2	-	2
Química	3	2	5
Recursos Humanos	-	1	1
Sistema de Informação	5	-	5
Total	**62**	**35**	**97**

Fonte: Departamento Municipal de Educação - Meridiano / 2012.

5.4.2 - Objetivos e Metas

O estabelecimento de objetivos e metas para o Ensino Superior de Meridiano leva em consideração a atual realidade do cenário municipal e regional, sobretudo, considerando as perspectivas de oferta e demanda por esse nível de ensino.

- ✓ Firmar parcerias com as instituições públicas regionais de Ensino Superior, colaborando com a permanência destas instituições na região, garantindo maior possibilidade de acesso aos estudantes do município em instituições públicas e gratuitas ***(CP-MP-LP)***;
- ✓ Firmar parcerias com as instituições de Ensino Superior privadas, da região, objetivando a concessão de bolsas de estudo e outros incentivos aos estudantes do município ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Oferecer incentivo financeiro, através de bolsas de estudo, parciais ou integrais, aos estudantes do município, para custear os estudos e que venham a se matricular em Instituições de Ensino Superior da região ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Oferecer transporte escolar gratuito aos estudantes do município que venham a se matricular em Instituições de Ensino Superior da região ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Estimular a adoção, pelas instituições públicas e privadas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Apoiar todas as iniciativas de criação de instituições de Ensino Superior de qualidade no município de Meridiano, seja na modalidade presencial ou de Ensino a Distância, que venham a contribuir para o atendimento à população local e regional, o desenvolvimento científico e tecnológico, além da prestação dos serviços provenientes das atividades de extensão universitária ***(MP-LP);***

VI - MODALIDADES DE ENSINO

6.1 - EDUCAÇÃO ESPECIAL

6.1.1 - Diagnóstico

Pensar no oferecimento de oportunidades educacionais a pessoas com necessidades especiais é ter em vista os princípios de respeito às diferenças e à diversidade de expressões da valorização do ser humano como singularidade e como pessoas de direitos, assim como o princípio da equidade. É necessário ter em mente que a construção de uma escola para a diversidade supõe, desde mudanças estruturais e físicas, relativas à acessibilidade dos alunos aos seus espaços, até mudanças de comportamentos, atitudes e posturas diante da diversidade humana.

A Educação Especial, dever constitucional do Estado (CF. Art. 208, III), foi consagrada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (Cap. V, art. 58 a 60) como modalidade de educação escolar a ser garantida, desde a Educação Infantil até a Superior, passando por todas as etapas da Educação Básica e pela Educação Profissional. Deve ser oferecida aos educandos portadores de necessidades especiais, incluindo-se os superdotados.

Segundo o Plano Nacional de Educação, "as políticas recentes do setor têm indicado três situações possíveis para a organização do atendimento: participação nas classes comuns, de recursos, sala especial e escola especial. Todas as possibilidades têm por objetivo a oferta de educação de qualidade".

O PNE dedica um capítulo à Educação Especial, com metas que tratam da expansão do atendimento e dos padrões a serem assegurados, bem como de medidas pedagógicas, formação inicial e continuada dos docentes, padrões mínimos de funcionamento, sistema de supervisão, avaliação e articulação com outras políticas públicas e programas suplementares. Quanto à expansão, prevê, em dez anos, generalizar o atendimento aos alunos com necessidades especiais na Educação Infantil e no Ensino Fundamental.

6.1.2 - Objetivos e Metas

As metas para a Educação Especial no município se baseiam no Plano Nacional de Educação, com ações a serem executadas no prazo de 10 anos (2012 a 2021):

- ✓ Implantar sala de recursos multifuncionais para o atendimento educacional especializado ***(CP);***

- ✓ Formação continuada aos professores para o atendimento educacional especializado ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Adotar procedimentos de avaliação que levem em conta a diversidade e especificidade das necessidades especiais ***(MP);***
- ✓ Adesão ao programa nacional de acessibilidade de escolas públicas para adequação da estrutura física, transporte acessível, material didático, recursos de tecnologia assistiva e a oferta do ensino de LIBRAS ***(MP);***

6.2 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

6.2.1 - Diagnóstico

A Constituição Federal determina, como um dos objetivos do Plano Nacional de Educação, a integração de ações do poder público que conduzam à erradicação do analfabetismo (art. 214, I). Trata-se de tarefa que exige uma ampla mobilização de recursos humanos e financeiros por parte dos governos e da sociedade. "Os déficits do atendimento no Ensino Fundamental resultaram, ao longo dos anos, num grande número de jovens e adultos que não tiveram acesso ou não lograram terminar o Ensino Fundamental obrigatório". (PNE - 2001)

Embora tenha havido progresso com relação a essa questão, o número de analfabetos é ainda excessivo. O analfabetismo está intimamente associado às taxas de escolarização e ao número de crianças fora da escola.

Tab. 14 - Taxa de analfabetismo da população

Brasil (15 anos e mais)	9,6%
Região Sudeste (15 anos e mais) *Média dos Estados Integrantes*	6,25%
Estado de São Paulo (15 anos e mais)	4,3%
Região de Governo - Fernandópolis (15 anos e mais)	6,0%
Município de Meridiano (15 anos e mais)	**9,0%** - 2010
	13,30% - 2000

Fonte: IBGE / Fundação Seade - 2010

Uma concepção ampliada de alfabetização, abrangendo a formação equivalente às oito séries do Ensino Fundamental, aumenta a população a ser atingida, pois é muito elevado o número de jovens e adultos que não lograram completar a escolaridade obrigatória.

Embora o analfabetismo esteja concentrado nas faixas etárias mais avançadas e as taxas tenham se reduzido, há também uma redução insuficiente do analfabetismo ao longo do tempo. As gerações antigas não podem ser consideradas como as únicas responsáveis pelas taxas atuais. O problema não se resume a uma questão demográfica. Como há reposição do número de analfabetos, além do fenômeno da regressão, é de se esperar que apenas a dinâmica demográfica seja insuficiente para promover a redução em níveis razoáveis nos próximos anos. Por isso, para acelerar a redução do analfabetismo, é

necessário agir ativamente, tanto sobre o estoque existente quanto sobre as futuras gerações.

As profundas transformações que vêm ocorrendo em escala mundial, em virtude do acelerado avanço científico e tecnológico e do fenômeno da globalização, têm implicações diretas nos valores culturais, na organização das rotinas individuais, nas relações sociais, na participação política, assim como na reorganização do mundo do trabalho.

A necessidade de contínuo desenvolvimento de capacidades e competências para enfrentar essas transformações, alteraram a concepção tradicional de educação de jovens e adultos, não mais restrita a um período particular da vida ou a uma finalidade circunscrita.

> O conceito de educação ao longo de toda a vida, deve se iniciar com a alfabetização. Mas não basta ensinar a ler e a escrever. Para inserir a população no exercício pleno da cidadania, melhorar sua qualidade de vida e de fruição do tempo livre, e ampliar suas oportunidades no mercado de trabalho, a educação de jovens e adultos deve compreender, no mínimo, a oferta de uma formação equivalente às oito séries iniciais do Ensino Fundamental. Da mesma forma, deve ser garantido, aos que completaram o Ensino Fundamental, o acesso ao Ensino Médio. (PNE, 2001)

De acordo com a Carta Magna (art. 208, I), a modalidade de ensino "educação de jovens e adultos", no nível fundamental, deve ser oferecida gratuitamente pelo Estado a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria. Compete aos poderes públicos, em todos os âmbitos, disponibilizar os recursos para essa educação.

Para atender a essa clientela, numerosa e heterogênea, no que se refere a interesses e competências adquiridas na prática social, há que se diversificar os programas. Nesse sentido, é fundamental a participação solidária de toda a comunidade, com o envolvimento das organizações da sociedade civil diretamente envolvidas na temática. É necessária, ainda, a produção de materiais didáticos e técnicas pedagógicas apropriadas, além da especialização do corpo docente.

A integração dos programas de educação de jovens e adultos com a educação profissional aumenta sua eficácia, tornando-os mais atrativos.

É importante o apoio dos empregadores, no sentido de considerar a necessidade de formação permanente - o que se pode dar de diversas formas:

1 - organização de jornadas de trabalho compatíveis com o horário escolar;

2 - concessão de licenças para frequência em cursos de atualização;

3 - implantação de cursos de formação de jovens e adultos no próprio local de trabalho.

Também é oportuno observar que há milhões de trabalhadores inseridos no amplo mercado informal, ou à procura de emprego, ou, ainda, envolvidos com tarefas domésticas -

173

sobretudo as mulheres. Daí a importância da associação das políticas de emprego e proteção contra o desemprego à formação de jovens e adultos.

Da mesma forma, deve ser garantido, aos que completaram o Ensino Fundamental, o acesso ao Ensino Médio.

Embora o financiamento das ações pelos poderes públicos seja decisivo na formulação e condução de estratégias necessárias para enfrentar o problema dos déficits educacionais, é importante ressaltar que, sem uma efetiva contribuição da sociedade civil, dificilmente o analfabetismo será erradicado e, muito menos, lograr-se-á universalizar uma formação equivalente às oito séries iniciais do Ensino Fundamental.

A Educação de Jovens e Adultos em Meridiano

De acordo com dados do Departamento Municipal de Educação, houve a última formação de sala em 2008, com 09 alunos do Ciclo I da Educação de Jovens e Adultos - EJA.

Já está em discussão no Departamento Municipal de Educação, sobre a elaboração de políticas públicas direcionadas na captação de alunos para a formação de salas da EJA para os próximos anos.

6.2.2 - Objetivos e Metas

- ✓ Realização de estudos permanentes, através de pesquisa de campo com objetivo de identificar o perfil socioeducacional de Meridiano, para a formação de classe (s) de Educação de Jovens e Adultos (Ensino Fundamental) e também para a formação de classe (s) de alfabetização (Projeto Brasil Alfabetizado) ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Estabelecer parcerias com instituições públicas e privadas, entidades de classe e empresas de Meridiano, com objetivo de divulgar as políticas de educação de jovens e adultos e efetivar o cadastramento de posteriores educandos ***(CP);***
- ✓ Efetivar a adesão ao Projeto Brasil Alfabetizado do Ministério da Educação, com objetivo de erradicar o analfabetismo da população (15 anos e mais) de Meridiano até 2020 ***(CP);***
- ✓ Formação inicial e continuada aos docentes na área de alfabetização de jovens e adultos ***(CP-MP-LP);***

6.3 - EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

6.3.1 - Diagnóstico

Segundo o Plano Nacional de Educação, a realidade dos cursos profissionalizantes é muito heterogênea. Além das redes federais e estaduais de escolas técnicas, existem os programas do Ministério do Trabalho, das secretarias estaduais e municipais do trabalho e dos sistemas nacionais de aprendizagem, assim como certo número, que se imagina muito grande, de cursos particulares de curta duração, Educação a Distância, além de treinamento em serviço de cursos técnicos oferecidos pelas empresas para seus funcionários.

A heterogeneidade e a diversidade são elementos positivos, pois permitem atender a uma demanda muito variada. Mas há fatores preocupantes. O principal deles é que a oferta é pequena: embora, de acordo com as estimativas mais recentes, já atinja cerca de cinco milhões de trabalhadores, está longe de atingir a população de jovens que precisa se preparar para o mercado de trabalho e a de adultos que a ele precisa se readaptar. Associada a esse fato, está a limitação de vagas nos estabelecimentos públicos, especialmente na rede das 185 escolas federais de nível técnico e tecnológico existentes no país, que aliam a formação geral de nível médio à formação profissional.

O maior problema, no que diz respeito às escolas técnicas públicas de nível médio, é que a alta qualidade do ensino que oferecem está associada a um custo extremamente alto para sua instalação e manutenção, o que torna inviável uma multiplicação capaz de atender ao conjunto de jovens que procuram formação profissional. Além disso, em razão da oferta restrita, criou-se um sistema de seleção que tende a favorecer os alunos de maior renda e melhor nível de escolarização, afastando os jovens trabalhadores, que são os que dela mais necessitam.

Funcionando em escolas onde há carências e improvisações generalizadas, a Educação Profissional tem reafirmado a dualidade propedêutico-profissional, existente na maioria dos países ocidentais. Funcionou sempre como mecanismo de exclusão, fortemente associado à origem social do estudante. Embora não existam estatísticas detalhadas a respeito, sabe-se que a maioria das habilitações de baixo custo e prestígio encontra-se em instituições noturnas estaduais ou municipais. Em apenas 15% delas, há bibliotecas; menos de 5% oferecem ambiente adequado para estudo das ciências e menos de 2% possuem laboratório de informática - indicadores da baixa qualidade do ensino que oferecem às camadas mais desassistidas da população.

Segundo o Plano Nacional de Educação, as diretrizes para o Ensino Profissionalizante não podem ficar reduzidas à aprendizagem de algumas habilidades técnicas, o que não impede o oferecimento de cursos de curta duração, voltados para a

adaptação do trabalhador às oportunidades do mercado de trabalho, associados à promoção de níveis crescentes de escolarização regular. Entende-se que a Educação Profissional não pode ser concebida, apenas, como uma modalidade de Ensino Médio, mas deve constituir educação continuada, que perpassa toda a vida do trabalhador.

Novas diretrizes no sistema público de Educação Profissional estão sendo implantadas, associadas à reforma do Ensino Médio. Prevê-se que a Educação Profissional, sob o ponto de vista operacional, seja estruturada nos níveis básico - independente do nível de escolarização do aluno - técnico complementar ao Ensino Médio e tecnológico superior de graduação ou de pós-graduação.

Conforme os Planos Nacional e Estadual de Educação, está prevista a integração de dois tipos de formação: a formal, adquirida em instituições especializadas, e a não-formal, adquirida por meios diversos, incluindo o trabalho. Para isso, é preciso estabelecer um sistema flexível de reconhecimento de créditos obtidos em qualquer uma das modalidades e certificar competências adquiridas por meios não-formais de educação profissional.

É importante considerar que a oferta de educação profissional é responsabilidade igualmente compartilhada entre o setor educacional, o Ministério do Trabalho, secretarias do trabalho, serviços sociais do comércio, da agricultura e da indústria e os sistemas nacionais de aprendizagem. Os recursos provêm de múltiplas fontes. É necessário, também, e cada vez mais, contar com recursos das próprias empresas, as quais devem financiar a qualificação dos seus trabalhadores, como ocorre nos países desenvolvidos. A política de Educação Profissional é, conseguinte, tarefa que exige a colaboração de múltiplas instâncias do Poder Público e da sociedade civil.

As metas do Plano Nacional de Educação estão voltadas para a implantação de uma nova Educação Profissional no país e para a integração das iniciativas. Têm como objetivo central generalizar as oportunidades de formação para o trabalho, de treinamentos, mencionando, de forma especial, o trabalhador rural.

A tabela a seguir demonstra quais cursos e em que cidades os alunos de Meridiano estão realizando o Ensino Técnico Profissionalizante, com base nas matrículas de 2012.

Tab. 15 - Relação de cursos e quantidade de estudantes no ensino técnico profissionalizante

Cursos	Fernandópolis	Votuporanga	Total
Eletrotécnica	-	2	2
Técnico de Radiologia	-	2	2
Técnico em Edificação	1	-	1
Segurança do Trabalho	-	3	3
Técnico em Administração	1	3	4
Técnico em Logística	1	4	5

Técnico em Enfermagem	2	2	4
Técnico em Açúcar e Álcool	8	-	8
Técnico Eletricista	2	-	2
Técnico em Estética	2	-	2
Técnico em Farmácia	1	-	1
Técnico em Informática	7	-	7
Secretariado	1	-	1
Técnico Torneiro Mecânico	2	-	2
Total	**28**	**16**	**44**

Fonte: Departamento Municipal de Educação - Meridiano / 2012.

6.3.2 - Objetivos e Metas

Os objetivos e metas para o Ensino Técnico Profissionalizante, em Meridiano, têm como base o Novo Plano Nacional de Educação (PNE) e o Plano Estadual de Educação (PEE), além de ações específicas do poder público municipal, já que, atualmente, o município de Meridiano não oferece, aos munícipes, a educação profissionalizante.

Com vistas ao atual perfil municipal e regional e as perspectivas futuras sobre o direcionamento de sua economia, baseada na agricultura, o município coloca como objetivos e metas para a Educação Profissionalizante em Meridiano:

- ✓ Oferecer cursos técnicos na área de agricultura familiar ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Proporcionar à população condições de cursar escolas técnicas para a formação de mão de obra qualificada para a indústria sucroalcooleira da região ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Efetivar parcerias com instituições de ensino técnico de nível regional, estadual e/ou federal para a implantação de cursos que atendam às necessidades do mercado de trabalho local e regional ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Oferecer vagas para a formação de nível técnico aos alunos egressos do Ensino Médio e, também, para a população em idade produtiva e que precisa se readaptar às novas exigências e perspectivas do mercado de trabalho, junto às instituições de ensino regionais ***(CP-MP-LP);***
- ✓ Estimular, permanentemente, o uso das estruturas públicas e privadas, não só para os cursos regulares, mas também para o treinamento e atualização de trabalhadores com vistas a inseri-los no mercado de trabalho, com mais condições de competitividade e produtividade, possibilitando a elevação de seus níveis educacional, técnico e de renda ***(CP-MP-LP).***

VII - FINANCIAMENTO E GESTÃO

O orçamento público é um documento legal em que são expressos a previsão de arrecadação das receitas e o planejamento de sua alocação nos programas e ações que serão implementados pela administração municipal, para atender às necessidades da coletividade.

As leis que estabelecem o ciclo de planejamento e gestão do orçamento são denominadas:

I. Plano Plurianual (PPA)

Abrange três anos do mandato do governante eleito e o primeiro ano do governo seguinte, devendo discriminar os programas e as ações que o governo pretende implementar, o montante relativo aos dispêndios de capital, as metas físicas por tipo de programa e ação, além das despesas de caráter continuado. Os processos de priorização e ações ocorrem entre o prefeito, secretários e servidores e no âmbito do Legislativo que tem a incumbência de analisar, emendar, votar e autorizar a execução do PPA.

II. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

Nela são determinados os parâmetros, as metas e as prioridades que deverão nortear a elaboração do projeto de lei orçamentária para o exercício subsequente.

III. Lei Orçamentária Anual (LOA)

É elaborada pelo poder executivo, conforme as diretrizes aprovadas na LDO, e estabelece a previsão de despesas e receitas para o exercício seguinte.

Após a publicação da LOA, os órgãos e entidades que compõem a administração pública estarão autorizados a dar início à execução orçamentária que deve seguir as etapas de programação, licitação, empenho, liquidação e pagamento.

A avaliação da execução das ações e dos recursos previstos no orçamento tem a função de controlar os gastos realizados pelo governo e monitorar os dispêndios efetuados pela administração pública. Esse controle da execução orçamentária deve ser realizado tanto pelos órgãos de controle interno, quanto externos, além da fiscalização, que deve ser exercida pela sociedade. Os Conselhos Municipais de Educação, Conselhos de Acompanhamento do FUNDEB e o Conselho de Alimentação Escolar têm importante tarefa quanto à avaliação e ao controle da execução orçamentária da educação.

A formulação dos objetivos e metas do Plano Municipal de Educação (PME) e sua implementação devem guardar estreita sintonia com aqueles estabelecidos no PPA do município.

A educação tem importante papel no desenvolvimento local, havendo um potencial imenso de articulação entre o setor educacional e o setor produtivo dos municípios. É responsável por quase metade dos empregos formais e os profissionais da educação

recebem, em conjunto, parte expressiva de toda receita municipal. Atua em programas de compras governamentais, destinadas ao mobiliário escolar, merenda, uniformes, entre outros. Na área de serviços, destaca-se a atividade de transporte escolar que deve gerar uma demanda por reformas e conservação de estradas rurais. Dinamiza o comércio, a partir de compras governamentais e pelo poder de compra dos profissionais da educação. Muitos municípios têm incentivado a agricultura orgânica e familiar, relacionando-a com o fornecimento de produtos para a merenda escolar. Outra área potencial é a de eventos, quando se organizam programas de educação continuada.

O setor educacional pode dar uma expressiva contribuição nos processos de democracia e do desenvolvimento local, como na elaboração do Plano Diretor, no orçamento participativo e no controle social exercido por conselhos. Investir em participação social na educação implica em mudanças na qualidade das instalações escolares, nas relações entre a escola e a comunidade, nos benefícios diretos às crianças e aos adolescentes, como o acesso a material, uniformes escolares e atividades culturais complementares.

Os conceitos de quantidade (acesso) e qualidade (permanência e sucesso) são fundidos em torno do conceito de qualidade social, ou seja, é preciso que o acesso se dê também ao conhecimento, que a permanência seja prazerosa e que o sucesso seja universal e não apenas para alguns que têm a sorte de concluir o Ensino Fundamental. Assumir compromissos com a qualidade social demanda planejar e gerir a educação de outra maneira, distinta do ativismo e de resposta, de curto prazo, a problemas de longo prazo. Não significa, somente, aportar novos recursos, como também ter um novo olhar sobre a função social da educação. No financiamento da educação, os recursos deverão estar onde está o discurso de qualidade social de educação, associado a um esforço real de investir na ação pedagógica, a partir da demanda da população por educação.

Não basta planejar a educação. É preciso fazê-lo com um olhar iluminado pela demanda social imediata e futura. Não basta ter esse olhar, se a ele não for acrescentado o recurso e se, ao recurso, não forem agregados o controle e a participação social. O financiamento precisa ser planejado, conforme os conceitos de acesso, permanência e sucesso, integrando-os e relendo-os, a partir do desenvolvimento social e da garantia dos direitos humanos.

Financiamento e gestão da educação em Meridiano

No município de Meridiano, considerado de pequeno porte, com orçamento limitado, faz-se necessário planejar, com rigor, onde e como aplicar os recursos destinados à educação, conforme os preceitos legais e objetivando a qualidade social da educação dos cidadãos.

Estamos numa fase de transição em relação ao financiamento e gestão dos recursos da educação, FUNDEB, fundo que, atualmente, contempla a Educação Básica. Com as mudanças a serem implantadas nos próximos anos, o FUNDEB passará a financiar também a educação infantil e o ensino médio. Trata-se de uma mudança significativa para o município, uma vez que esses recursos vão manter toda a rede de Educação Infantil, o ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Com a implantação do FUNDEB, mudou a forma de gerir os recursos da MDE e do Salário-Educação, que devem ser utilizados na Educação Básica, onde houver carências e necessidades. Até então, 15% dos recursos da MDE e totalidade dos recursos do Salário-Educação eram utilizados no Ensino Fundamental.

Devemos ressaltar a importância dos conselhos de acompanhamento e da fiscalização dos recursos que têm contribuído e qualificado a gestão orçamentária da educação.

7.1 - Objetivos e Metas

a) Estabelecer mecanismos que assegurem o cumprimento da LDBEN (art. 70 e 71), que definem os gastos admitidos e não admitidos, como manutenção e desenvolvimento do ensino ***(CP-MP-LP);***
b) Estabelecer parcerias públicas com os governos estadual e federal, para garantir o transporte escolar, alimentação escolar, livro didático, material didático e outros benefícios para os educandos ***(CP-MP-LP);***
c) Garantir, entre as metas dos Planos Plurianuais vigentes, nos próximos dez anos, a previsão do suporte financeiro às metas constantes do PME ***(CP-MP-LP);***
d) Estabelecer uma política de descentralização, mediante repasses de recursos aos estabelecimentos escolares municipais ***(MP-LP);***
e) Assegurar mecanismos de fiscalização e controle que garantam cumprimento rigoroso do artigo 212 da Constituição Federal, se tratando de aplicação dos percentuais mínimos, vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino e do artigo 70 da LDBEN, em termos do que pode ser considerada despesa de manutenção e desenvolvimento do ensino ***(CP-MP-LP);***
f) Aperfeiçoar o regime de colaboração entre o sistema estadual e a rede municipal de ensino, compartilhando responsabilidades, a partir do que estabelece a legislação própria e o PNE ***(CP-MP-LP);***
g) Estimular a participação efetiva da comunidade escolar nas fases de elaboração e acompanhamento do orçamento do município, integrando os conselhos da educação, comparecendo a audiências públicas e, assim, democratizando a gestão financeira dos recursos da educação ***(CP-MP-LP);***

VIII - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO

Para que o Plano Municipal de Educação de Meridiano atinja seus objetivos e metas nos respectivos prazos, deverá ser criada, através de Portaria, a Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Plano, com as funções de avaliar e controlar as ações executadas pelo poder público, até o ano de 2021, com as seguintes representatividades:

- ✓ Representante do Poder Executivo, preferencialmente o Diretor Municipal de Educação;
- ✓ Representante do Poder Legislativo;
- ✓ Representantes dos conselhos:
  - Conselho Municipal de Educação;
  - Conselho de Alimentação Escolar;
  - Conselho de Acompanhamento do FUNDEB;
- ✓ Representantes de diretores, coordenadores, professores, funcionários, pais de alunos de cada nível e modalidade de ensino.

O processo de acompanhamento e avaliação do plano será realizado a cada dois anos, sendo a primeira avaliação em dezembro de 2013, até o ano de 2021, através da realização de Conferências Municipais de Educação.

Nos anos de 2013, 2015, 2017, 2019 e 2021, serão realizadas Conferências Municipais de Educação, com a participação de toda a comunidade escolar, sociedade civil e representantes dos poderes Legislativo e Executivo.

IX - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei Nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. *Plano Nacional de Educação.* Brasilia, DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. *Perfil Municipal.* Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/>

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *População - Censo Demográfico 2010.* Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *População - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2009.* Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>

TSE - Tribunal Superior Eleitoral. *Eleições.* Disponível em: <http://www.tse.jus.br/>

CEPAGRI - Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas a Agricultura. *Clima dos Municípios Paulistas.* Meteorologia UNICAMP - Cidade Universitária "Zeferino Vaz" - Campinas/SP. Disponível em: <http://www.cpa.unicamp.br>

IPEA DATA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. *Pesquisas Municipais.* Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>

WIKIPÉDIA - A Enciclopédia Livre. *Meridiano.* Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Meridiano>

SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática. *Censo Demográfico e Contagem da População.* Banco de Dados Agregados. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>